

## **OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA**

**Karolina Ábido**

*Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó*

**Sady Mazzioni**

*Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó*

**Lucas Antonio Vargas**

*Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó*

### **RESUMO**

O objetivo do estudo é analisar a relação entre a estrutura de governança corporativa (GC) e a adesão aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das companhias abertas listadas na [B]<sup>3</sup>, no período de 2016 e 2017. Para tal, realizou-se uma pesquisa descritiva, documental e quantitativa. A coleta dos dados sobre a menção aos ODS ocorreu por meio da verificação dos relatórios de sustentabilidade e relatórios de administração, obtidos no website de cada empresa, compondo uma amostra de 229 observações. Inicialmente, foi analisada a divulgação de informações relacionadas aos ODS, que permitiu a elaboração do índice de palavras, de linhas e de páginas para composição da métrica a ser utilizada na relação com a estrutura de GC, inclusão na carteira ISE, tamanho e rentabilidade. Na sequência, com a finalidade de identificar características organizacionais passíveis de diferenciação de empresas quanto a menção dos ODS em seus relatórios, utilizou-se o teste Mann-Whitney. Os resultados permitiram inferir que as companhias pertencentes a carteira ISE e aquelas de maior porte, apresentam maior evidência em seus relatórios de informações relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Contudo, nas empresas pertencentes aos níveis diferenciados de governança corporativa não se verificou tal condição e quanto ao ROA os resultados não foram constantes.

**Palavras-chave:** Objetivos do desenvolvimento sustentável; *Disclosure*; Governança Corporativa.

### **1 INTRODUÇÃO**

Na busca de uma condição sustentável e resistente, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propõem um plano de ação e de melhorias para as pessoas e o planeta (Jones, Wynn, Hillier & Comfort, 2017). Diante das proposições dos ODS, as empresas são incentivadas a reduzirem seus impactos tanto no meio social quanto ambiental, corroborando o desenvolvimento sustentável.

Deste modo, espera-se que as empresas sejam ecologicamente corretas, socialmente justas e economicamente viáveis para que suas operações sejam consideradas sustentáveis (Fleming, Wise, Hansen & Sams, 2017). Por consequência, ao adotar práticas sustentáveis, as companhias poderão modificar o ambiente institucional que elas estão inseridas, melhorar sua reputação e aumentar sua vantagem competitiva e comparativa (SDG Compass, 2017).

A busca pela sustentabilidade tem influenciado o meio corporativo, exigindo iniciativas mais abrangentes em relação a responsabilidade social corporativa. Isso está relacionado às crescentes demandas por maior transparência nas certificações e medidas mais amplas na evidência das informações contábeis para todos os interessados na companhia. Contudo, a aplicação dos ODS oportuniza um caminho para reflexão das principais responsabilidades e valores adotados pela empresa, influenciando mudanças positivas nas práticas de negócios adotadas (Fleming et al., 2017).

Em setembro de 2015, na Assembleia Geral das Nações Unidas, aprovou-se os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), originado pelo compromisso assumido por diversos países, por meio do documento “Transformando o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. Essa data marca o início do plano de ação constituído por 17 objetivos, cuja finalidade aborda três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental (Lecuona, Pérez, Martínez, Romero & Maldonado, 2017).

Os ODS apresentam-se relevantes ao meio corporativo, ao denotar a busca das empresas por mudanças sustentáveis, que perpetuem sua existência no mercado ao longo dos anos. Observa-se que a partir da década de 1980 e 1990, a reação contra as práticas comerciais insustentáveis fortaleceu a responsabilidade das empresas frente ao tema e evoluiu gradualmente para contribuições positivas no desenvolvimento sustentável, oportunizando benefícios de financiamentos, tecnologia, habilidades e inovação no meio empresarial (Agarwal, Gneiting & Mhlanga, 2017).

Mediante a importância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, as empresas e associações empresariais demonstram interesse na aderência e implementação das práticas relacionadas a estes objetivos. As empresas têm readaptado as suas ações, com a finalidade de contribuir e difundir a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), pois, vislumbram que por meio do atendimento às premissas dos ODS, é possível melhorar a reputação corporativa e fortalecer a credibilidade com os diversos stakeholders. Adicionalmente, a organização tem sua confiança melhorada frente a sociedade, por meio de comportamentos e atitudes voltadas a sustentabilidade (Lecuona et al., 2017).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) buscam incentivar as empresas para a criação de um empreendedorismo sustentável com geração de mais oportunidades de negócios com efeitos positivos (Jones et al., 2017). A adesão aos ODS proporcionou às empresas a percepção do aumento na sua reputação e credibilidade com as diversas partes interessadas, a exemplo de fornecedores, funcionários e comunidades locais (Jones et al., 2017; Lecuona et al., 2017).

Enquanto o governo atua como agente primordial na condução dessa discussão, o meio corporativo torna-se parte importante devido aos seus recursos, sua capacidade de inovar, sua escala e alcance (Agarwal, Gneiting & Mhlanga, 2017). Nesse contexto, a ONU ressalta que todos os governos devem desenvolver estratégias nacionais para dar continuidade aos ODS. Por sua vez, a comunidade empresarial tem um papel muito importante a desempenhar na resolução desses objetivos (Jones et al., 2017).

A integração do desenvolvimento sustentável e da governança corporativa da empresa, objetiva contribuir para a resolução de problemas, desenvolver redes de parcerias com fornecedores, ampliar a relação com empresas do mesmo setor, conjuntamente com o governo e organizações da sociedade civil. A estratégia corporativa com foco no desenvolvimento sustentável surge como um fator relevante para as empresas (SDG Compass, 2017).

Nesse contexto, a GC tem sua atuação relevante no monitoramento das sociedades, em que a direção por meio de um sistema de melhores práticas de governança corporativa procura garantir resultados mediante controle da gestão, envolvendo os órgãos que auxiliam nesse monitoramento, quais sejam, conselho de administração, cotistas e acionistas, diretoria, auditoria independente e conselho fiscal. As boas práticas de governança corporativa têm a finalidade de melhorar o desempenho da empresa, facilitar o acesso ao capital e contribuir para sua durabilidade (Martins, Silva, Barros, Tinoco & Tinoco, 2005).

Diante do cenário descrito, surge a seguinte questão de pesquisa: existe relação entre a estrutura de governança corporativa e a adesão aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nas companhias abertas listadas na [B]<sup>3</sup>? O objetivo da pesquisa é verificar se a estrutura de governança corporativa contribui significativamente na adesão aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das companhias abertas listadas na [B]<sup>3</sup>.

A discussão em torno do alcance dos ODS encontra relevância no contexto governamental, corporativo, social e acadêmico. A partir da Assembleia Geral das Nações Unidas em 2015 que promulgou as premissas dos ODS, as empresas podem aderir aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como forma de permear suas estratégias e objetivos, a fim de sinalizar ao mercado uma condução mais íntegra, humana, social e ambientalmente correta em 3 suas atividades. As organizações que direcionarem as suas prioridades com os ODS fortalecem o elo da cadeia de valor com clientes, funcionários e outras partes interessadas (SDG Compass, 2017). As empresas que assumem e integram uma postura de responsabilidade social corporativa melhoram suas práticas, controlam seus resultados, com vistas a verificar se as mudanças das práticas e gestão estão a produzir os efeitos desejáveis. Destaca-se que a responsabilidade social corporativa é essencial para que as organizações possam compreender as condições de trabalho e a proteção do ambiente, contribuindo para uma sociedade mais justa (Oliveira, Ferreira & Lima, 2015).

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**

O desenvolvimento sustentável tornou-se um caminho importante para uma sociedade ideal, ao passo que a consecução desse projeto tem sido inseparável da necessidade de crescimento econômico. Contudo, a concepção hegemônica de desenvolvimento sustentável carrega as contradições lógica dos sistemas econômicos, causadores de desequilíbrio ambiental e social (Lara & Oliveira, 2017).

Atualmente o desenvolvimento sustentável tornou-se um tema de destaque em discussões de diversos setores da sociedade. Vários eventos e organizações, estimulam iniciativas que promovam discussões sobre mudanças no comportamento dos cidadãos e dos líderes de governos nacionais. (Melo, Salles & Bellen, 2012).

Nas organizações, o desenvolvimento sustentável está diretamente ligado a responsabilidade social corporativa, que significa entender e agir para a nova demanda da sociedade, onde espera-se que o valor gerado por uma empresa não traga somente benefícios para seus acionistas, mas que tenha um impacto positivo para meio ambiente e a comunidade, respeitando sua cultura e agindo de forma ética e transparente (Kraemer, 2005).

Desta forma, o termo sustentabilidade é compreendido como o potencial para oferecer soluções para uma ampla gama de desafios e problemas globais, em que a questão do século XXI remete como promover mudanças comportamentais necessárias para uma sociedade sustentável (Jones *et al.*, 2017). Percebe-se que o desenvolvimento sustentável oferece um conhecimento de ação empreendedora, à medida que envolve as dimensões econômica, social e ambiental (Orsiolli & Nobre, 2016).

Nesse contexto, os objetivos do desenvolvimento sustentável são considerados ambiciosos, tendo uma visão mais ampla da sustentabilidade, direcionando um novo ambiente com maior igualdade, justiça social e proteção aos recursos naturais, embora sejam desafios práticos e necessários para a implementação dessas mudanças (Fleming *et al.*, 2017).

Os ODS são objetivos globais de desenvolvimento, que variam entre as mais diversas áreas como o bem-estar de cada indivíduo, a saúde do planeta, a infraestrutura para as instituições de energia-verde e a formação de uma sociedade pacíficas para geração de emprego digno (Jones *et al.*, 2017).

A agenda 2030 e os objetivos dos ODS propõem medidas transformadoras, porém necessárias para a implantação do desenvolvimento sustentável (Onu, 2015). Nesse contexto, apresenta-se no Quadro 1, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

	Objetivo	Descrição
	1- Erradicação da pobreza	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
	2- Fome zero e agricultura sustentável	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
	3- Saúde e bem-estar	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
	4- Educação de qualidade	Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
	5- Igualdade de gênero	Alcançar à igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
	6- Água potável e saneamento	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.
	7- Energia acessível e limpa	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.
	8- Trabalho decente e crescimento econômico	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.
	9- Indústria, inovação e infraestrutura	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
	10- Redução das desigualdades	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
	11- Cidades e comunidades sustentáveis	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
	12- Consumo e produção responsáveis	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
	13- Ação contra a mudança global e clima	Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.
	14- Vida na água	Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
	15- Vida terrestre	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade
	16- Paz, justiça e instituições eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
	17- Parcerias e meios de implementação	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

**Quadro 1. Objetivos do desenvolvimento sustentável**

Fonte: ONU (2015).

As empresas podem engajar-se com os ODS de forma proveitosa, não apenas para atender as expectativas da sociedade ou cumprir com os requisitos governamentais, mas ampliar sua contribuição com a sustentabilidade nos negócios (Fleming *et al.*, 2017).

Ressalta-se que as empresas adotam os objetivos do desenvolvimento sustentável em suas estratégias, a fim de que sua capacidade de gestão melhore, originando mudanças e inovação em seus processos e modelos de gestão (Orsiolli & Nobre, 2016).

Percebe-se que o desenvolvimento sustentável oferece um conhecimento de ação empreendedora, à medida que envolve as dimensões econômica, social e ambiental (Orsiolli & Nobre, 2016). Neste caso, é importante conhecer os valores que sustentam as decisões e como essas decisões afetam a cultura, as normas ou a própria identidade da firma, quais são as restrições e barreiras impostas ao setor de atuação, para finalmente direcionar os esforços no alcance dos ODS (Fleming *et al.*, 2017).

As empresas têm contribuído para o alcance do desenvolvimento sustentável, pois, apresentam-se como uma fonte de crescimento e desenvolvimento econômico. Os ODS auxiliam as companhias a obter benefícios, construindo confiança com os *stakeholders* e *shareholders*. Portanto, a confiança de todos os interessados na empresa gera comportamentos e atitudes adequados com a sustentabilidade perante o meio social (Lecuona *et al.*, 2017).

## 2.2 A Estrutura de Governança Corporativa e os ODS

A integração do desenvolvimento sustentável e a governança corporativa nos negócios, tem auxiliado no desenvolvimento de metas estabelecidas e soluções de problemas no meio empresarial. Contudo as companhias engajam-se em parcerias com fornecedores, clientes, concorrentes do mesmo setor, governos e organizações da sociedade civil, vislumbrando a troca de informações a respeito do avanço do desenvolvimento sustentável, por meio de indicadores comuns e uma série de prioridades compartilhadas (SDG Compass, 2017).

A sustentabilidade e a governança corporativa englobam informações econômicas, financeiras, sociais e ambientais, destacando evidenciar as políticas implantadas pelas empresas para minimizar os impactos ambientais decorrente de suas operações e as ações sociais desenvolvidas para a sociedade. A implantação e a divulgação das ações sociais e sustentáveis são partes importantes que as empresas devem manter com seus *stakeholders*, pois, demonstra o comportamento responsável da organização, reconhecendo suas ações ao seu público (Bomfim, Teixeira & Monte, 2015).

Nesse contexto, a governança corporativa pode ser entendida como um conjunto de mecanismos que apoiam a gestão, como é o caso do conselho de administração, que apresenta várias outras diretrizes para a consecução dos interesses da organização, como por exemplo, conselho fiscal, comitê de auditoria, entre outros (Xue & Hong, 2016).

As estratégias corporativas com foco na sustentabilidade surgem como um fator importante e incentivador para as empresas fortalecerem a utilizarem mais recursos de forma eficiente ou até mesmo adotando alternativas mais sustentáveis. As estruturas de governança corporativa incluem também, um comitê de sustentabilidade no âmbito do conselho, as quais podem ser especialmente valiosas nos primeiros estágios de integração dos negócios (SDG Compass, 2017).

As práticas de responsabilidade social e ambiente podem ser vistas com uma extensão da governança corporativa, pois adota meios para demonstrar para seu público a preocupação em relação ao desenvolvimento sustentável e o bem-estar da comunidade. Desta forma, percebemos que a sustentabilidade pode ser influenciada pelas práticas de governança corporativa adotadas pelas empresas, uma vez que buscam atender a pressão dos seus acionistas e demais interessados (Bomfim, Teixeira & Monte, 2015).

A governança corporativa incentiva as empresas a promover a ética, imparcialidade, transparência e responsabilidades em todas as suas ações (Freeman, 1984; Freeman & Evan, 1990). Assim garantindo a sustentabilidade pelas práticas empresariais que promovem a

responsabilidade e transparência não apenas aos acionistas, mas também para a sociedade em geral (Jo & Harjoto, 2012).

A relação entre governança corporativa e sustentabilidade fica mais evidente quando se trata dos quatro princípios que norteiam as boas práticas de governança, como a transparência, prestação de contas, equidade e responsabilidade corporativa. Através das boas práticas de GC é que uma empresa consegue obter credibilidade, atrair um maior capital e se diferenciar no mercado de negócios (Benites & Polo, 2013).

### 2.3 Estudos Correlatos

A partir da importância atribuída para as empresas no alcance das metas do desenvolvimento sustentável, pode-se destacar os estudos de Jones *et al.* (2017), Fleming *et al.* (2017), Lecuona *et al.* (2017), Bomfim *et al.* (2015) e Orsioli e Nobre (2016), por exemplo.

Em seu estudo, Bomfim *et al.* (2015), propuseram verificar a relação entre o *disclosure* da sustentabilidade com algumas características da governança corporativa, como econômico-financeiro, social e ambiental das empresas brasileiras de capital aberto. A análise teve como base 76 empresas listadas no IBRX-100 da BM&FBovespa, no período de 2009 a 2011. Os resultados demonstraram um efeito positivo no *disclosure* da sustentabilidade. Porém, a participação no segmento Novo Mercado (NM) da BM&FBovespa de governança corporativa, mostrou-se negativamente associado em relação ao nível de *disclosure* da sustentabilidade, demonstrando que a inserção neste nível diferenciado de governança corporativa não influencia na divulgação de informações pelas companhias investigadas.

Orsioli e Nobre (2016), buscaram analisar como a inter-relação entre as empresas que atendem os critérios do empreendedorismo sustentável e dos seus *stakeholders* (fornecedores). A coleta de dados ocorreu na utilização de uma abordagem qualitativa e estratégia de estudo de casos múltiplos, onde foram investigadas quatro empresas e dois de seus respectivos fornecedores. Os resultados desse estudo evidenciaram que a inter-relação entre as empresas e seus *stakeholders* (fornecedores), influenciam a criação de valores que contribuem para o desenvolvimento sustentável.

Em seu estudo, Jones *et al.* (2017), teve como objetivo rever uma série de fatores que a indústria da Informação, Comunicação e Tecnologia acredita contribuir para a realização do ODS. A amostra compõe as empresas Ericsson e Microsoft e duas entidades de indústria, ou seja, a GSMA. A coleta dos dados ocorreu por meio de pesquisas na internet, usando o *Google* como o motor de busca. Através da pesquisa foi possível concluir que o ODS oferece uma visão global e abrangente para um futuro sustentável, em que as empresas investigadas, além de contribuírem com a sustentabilidade global, encontraram também uma oportunidade de negócio, através da realização dos ODS.

O estudo de Fleming *et al.* (2017), teve por objetivo determinar como uma empresa de aquicultura, situada na Austrália, implantou os ODS. Foram verificados suas motivações e barreiras enfrentadas para adoção aos objetivos. A empresa objeto do estudo foi a Tassal, membro importante na produção de salmão fresco do país. A coleta de dados ocorreu através de entrevistas realizadas com os líderes, funcionários e parceiros de negócios externos. Através dos relatos obtidos com as entrevistas, percebe-se que o envolvimento com os ODS enfrenta barreiras, relacionadas principalmente a sua complexidade, escopo e escala das metas, porém, torna-se fator importante para empresa à medida que se tem o alinhamento dos valores individuais com aqueles propostos pela organização, motivando assim, o envolvimento da empresa e seus funcionários na busca pelos ODS.

Por fim, Lecuona *et al.* (2017), através de um estudo de caso, demonstra em sua pesquisa, qual o nível de aderência aos objetivos do desenvolvimento sustentável, bem como seu efeito na confiança das comunidades locais em relação a empresa a Cemex, atuante no

ramo da indústria de cimento. A coleta de dados ocorreu por meio de análise do relatório de sustentabilidade da empresa e pela percepção das pessoas sobre as ações que a empresa realiza para o desenvolvimento sustentável. Os principais resultados mostram que apenas 40% das ações realizadas pela empresa contribuíram diretamente para o alcance dos ODS. No entanto, em relação ao efeito das ações na confiança das comunidades locais, percebe-se que não há nenhuma demonstração de confiança das pessoas na empresa frente suas ações sobre o desenvolvimento sustentável. Desta forma, para que a empresa Cemex consiga alcançar uma boa reputação para gerar atitudes favoráveis e comportamentos nas comunidades locais, deve buscar uma maior atenção para as medidas tomadas para contribuir para realização dos ODS.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atender ao objetivo proposto pelo estudo, realizou-se uma pesquisa de caráter descritivo quanto aos objetivos, com abordagem quantitativa em relação ao problema, com procedimentos de coleta documental.

A população da pesquisa compreendeu as companhias abertas listadas no Brasil, Bolsa, Balcão (B<sup>3</sup>). Para composição da amostra, considerou-se as empresas que publicaram seus relatórios de sustentabilidade até a data da coleta, que ocorreu no período de setembro a outubro de 2019. Para as empresas que atenderam a este requisito, foram analisados também o relatório anual e/ou relatório da administração. Para a análise dos dados, foram considerados os anos de 2016 totalizando 109 observações e 2017 com 122 observações.

Primeiramente, foi analisado o índice de evidenciação dos ODS das empresas, por meio da análise léxica, que visa a quantificação de 60 palavras-chaves e expressões relacionadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável divulgados nos relatórios das companhias. A seleção das palavras-chaves referente à evidenciação dos ODS considera os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável listados pela ONU, conforme apresentado na Quadro 2.

Agricultura sustentável	Indústria	ODS 13
Água potável	Infraestrutura	ODS 14
Aprendizagem	Inovação	ODS 15
Bem-estar	Instituição Eficaz	ODS 16
Cidade sustentável	Justiça	ODS 17
Comunidade	Mudança Climática	ONU
Consumo responsável	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Organização das Nações Unidas
Crescimento econômico	ODS	Parceria global
Desenvolvimento sustentável	ODS 1	Parceria
Desertificação	ODS 2	Paz
Desigualdade	ODS 3	Pobreza
Ecossistema terrestre	ODS 4	Produção responsável
Educação	ODS 5	Recurso marinho
Empoderamento feminino	ODS 6	Saneamento
Empoderamento da mulher	ODS 7	Saúde
Emprego	ODS 8	Trabalho decente
Energia limpa	ODS 9	Vida aquática
Energia renovável	ODS 10	Vida na Água
Fome	ODS 11	Vida saudável
Igualdade de gênero	ODS 12	Vida terrestre

**Quadro 2. Palavras-chave e expressões utilizadas para o cálculo do índice da evidenciação dos ODS**

Fonte: Schio, Mazzioni e Moura (2019).

A busca das palavras presentes nos relatórios foi feita com o auxílio do *software FineCount*, que estabelece a tabulação e estratificação de diversos fatores em análises de conteúdo. Neste estudo, será empregado o número de palavras, linhas e páginas para construção dos índices, calculados conforme as Equações 1, 2 e 3 respectivamente.

$$ID\_Palavras = \frac{\text{N}^\circ \text{ de palavras/ expressões relativas aos ODS}}{\text{N}^\circ \text{ total de palavras do relatório}} \quad (1)$$

$$ID\_Linhas = \frac{\text{N}^\circ \text{ de palavras/ expressões relativas aos ODS}}{\text{N}^\circ \text{ total de linhas do relatório}} \quad (2)$$

$$ID\_Páginas = \frac{\text{N}^\circ \text{ de palavras/ expressões relativas aos ODS}}{\text{N}^\circ \text{ total de páginas do relatório}} \quad (3)$$

Com o intuito de verificar quais as possíveis características organizacionais determinantes do *disclosure* dos objetivos do desenvolvimento sustentável nos relatórios das companhias, utilizou-se as variáveis apresentadas no Quadro 3, conjuntamente com as respectivas métricas e autores que as mencionam em estudos anteriores.

Variáveis	Crítérios de agrupamento das empresas	Autores	Fonte
Participação no índice de sustentabilidade empresarial (ISE)	ISE= Participação na carteira ISE Variável <i>dummy</i> , para listagem das empresas na carteira ISE 1= Sim e Não= 0	Coelho, et al. (2010); Sales, Rover e Ferreira (2018); Pletsch et al. (2015);	B3
Nível diferenciado de governança corporativa (NGC)	NGC= Nível diferenciado de governança corporativa Variável <i>dummy</i> , para listagem das empresas em níveis diferenciados de governança corporativa 1= Sim e Não=0	Coelho et al. (2010); Gondrige (2010); Murcia e Santos (2009); Rover e Murcia (2010)	
Rentabilidade dos ativos (ROA)	$ROA = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$	Lee, (2012); Padilha et al. (2017);	Economática®
Tamanho	Logaritmo natural do valor contábil do ativo total no final de cada período.	Fernandes (2013); Silva et al. (2015); Suttipun e Stanton (2012);	

**Quadro 3. Variáveis do estudo**

Fonte: elaborado pelos autores.

Observa-se na Figura 3, que a variável Índice de sustentabilidade empresarial (ISE), busca captar as empresas que possuem listagem neste segmento, ou seja, empresas que seguem rigorosos critérios socioambientais avaliados pela B3, sendo aplicado 1 para empresas pertencentes a carteira e 0 para as demais. Em relação a variável Nível diferenciado de governança corporativa (NGC), foi estabelecido 1 para empresas listadas no Nível 1, Nível 2, Novo Mercado e Bovespa Mais de governança corporativa e 0 para aquelas listadas nos demais níveis.

Para a operacionalização da variável Rentabilidade dos ativos (ROA), utilizou-se a razão do lucro líquido pelo ativo total, com o intuito de observar se o potencial de geração de lucro líquido das companhias possa impactar na evidência dos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS). Desta forma, presume-se que empresas com melhor desempenho financeiro divulguem um número maior de informações relacionadas as dimensões econômicas, sociais e ambientais de sustentabilidade (Todeschini & Melo, 2013).

A variável Tamanho, foi mensurada pelo logaritmo natural do valor total dos ativos das companhias. Espera-se, que empresas de maior porte, possuam níveis mais elevados de divulgações de informações socioambientais, conforme sugerem Silva *et al.*, (2015). Os custos relacionados a divulgação de práticas socialmente responsáveis sejam mais bem diluídos por empresas de maior porte, haja vista, o volume de receitas e transações de investimentos operacionalizados pelas mesmas (Verecchia, 2001).

Posterior a coleta dos dados, foi aplicado o teste de *Kolmogorov-Smirnov* para verificar se a distribuição dos dados apresentava normalidade. Como resultado, verificou-se uma distribuição não normal, direcionando o estudo para a aplicação de teste não-paramétrico.

#### 4 DISCUSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção contempla-se a análise e interpretação dos resultados obtidos por meio da aplicação de testes estatísticos. Inicialmente, apresenta-se a matriz do teste de normalidade dos dados e posteriormente, o teste *Mann-Whitney*.

A partir dos índices que consideram o número de palavras que fazem menção aos ODS, e o número total de palavras, linhas e páginas e as demais variáveis utilizadas na pesquisa, verificou-se a distribuição normal dos valores, por meio do teste *Kolmogorov-Smirnov*, apresentado na Tabela 1. A distribuição dos dados em curva normal constitui uma das premissas básicas para adoção de testes paramétricos (Hair *et al.*, 2005).

Tabela 1  
Resultado do teste de Kolmogorov-Smirnov de uma amostra

		IEPAL	IELIN	IEPAG	TAM	ROA	LNTAM
N		229	229	229	229	229	229
Parâmetros normais <sup>a,b</sup>	Média	,008	,068	1,44	700,65	3,60	16,25
	Erro Desvio	,011	,090	1,76	236,95	12,50	1,93
Diferenças Mais Extremas	Absoluto	,232	,232	,212	,411	,219	,099
	Positivo	,221	,229	,204	,411	,169	,099
	Negativo	-,232	-,232	-,212	-,384	-,219	-,096
Estatística de teste		,232	,232	,212	,411	,219	,099
Significância Sig. (2 extremidades)		,000 <sup>c</sup>					

Fonte: elaborado pelos autores.

A partir dos resultados da Tabela 1, considerando a significância do modelo, observa-se que os dados não possuem distribuição normal, o que indica a utilização do teste não-paramétrico que evidenciará a comparação das diferenças nas medianas populacionais detectando assim, possíveis diferenças na dispersão dos dados mesmo que as medianas sejam semelhantes dentro dos grupos.

Para verificar a existência de características organizacionais que apresentam possíveis diferenças na evidenciação de informações relacionadas aos ODS, utilizou-se o teste *Mann-Whitney*. Inicialmente, analisou-se a variável ISE como possível determinante para maior evidenciação de práticas divulgadas em relação aos objetivos do desenvolvimento sustentável. Na Tabela 2, apresentam-se os resultados do teste *Mann-Whitney* para a variável ISE.

Tabela 2  
Resultados do teste *Mann-Whitney* utilizando a variável ISE

ISE	N	Postos de média	Soma de Classificações	Significância
IE_PAL	2	158	103,47	16.348
	1	71	140,66	
IE_LIN	0	158	103,80	16.400,50

	1	71	139,92	9.934,50	
IE_PAG	0	158	104,66	16.536	0,00*
	1	71	138,01	9.799	

\*Significância a nível de 1%.

Fonte: elaborada pelos autores

Observa-se que na Tabela 2, que as empresas que compõem a carteira ISE de sustentabilidade empresarial possuem maior evidência de informações relacionadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, se comparadas com o grupo das empresas que não possuem tais características. Desta forma, pode-se inferir que as companhias presentes na carteira ISE, possuem maior propensão a divulgação de informações socioambientais, haja vista, o alto grau de exigência presente no processo seletivo das empresas que farão parte do índice.

Corroborando, Coelho (2010) verificou em seu estudo que empresas participantes da carteira ISE divulgam, em média, mais informações ambientais, se comparadas as que não possuem listagem no índice. Como fator explicativo para os achados, o autor ressalta a necessidade que estas empresas têm na divulgação das boas práticas socioambientais para estarem aptas a composição da carteira. Desta forma, estão à frente em termos de *disclosure* ambiental, se comparado as demais empresas não listadas no índice de sustentabilidade empresarial (ISE).

Os achados, são congruentes aqueles encontrado por Viana Junior e Crisóstomo (2019), que encontraram associação positiva entre as empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), com o volume de informações socioambientais divulgadas pelas companhias brasileiras. Como justificativa para tais resultados, os autores ressaltam que as empresas presentes no ISE, tem maior responsabilidade frente aos seus *stakeholders* e tornam-se mais sensíveis as pressões exercidas por eles, elevando a preocupação com o *disclosure* de informações socioambientais das companhias.

A Tabela 3 apresenta os resultados do teste *Mann-Whitney* para variável governança corporativa.

Tabela 3

**Resultados do teste *Mann-Whitney* para a variável governança corporativa**

NGC	N	Postos de média	Soma de Classificações	Significância	
IE_PAL	2	77	112,98	8.699,50	0,743
	1	152	116,02	17.635,50	
IE_LIN	0	77	112,36	8.851,50	0,667
	1	152	116,34	17.683,50	
IE_PAG	0	77	114,75	8.836	0,968
	1	152	115,13	17.499	

Fonte: elaborada pelos autores

Verifica-se na Tabela 3, que a variável Governança Corporativa não foi significativa para maiores níveis de evidência de informações sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Os achados corroboram aqueles de Bomfim et al. (2015), que analisaram a relação de características da governança corporativa com o *disclosure* da sustentabilidade das companhias abertas brasileiras e encontraram relação negativa entre a listagem em nível diferenciado de GC e o nível de *disclosure* da sustentabilidade.

Tais resultados indicam que a presença em níveis diferenciados de governança corporativa, não são fator preponderante para aumento da evidência de informações

socioambientais por parte das companhias brasileiras, ou neste caso, para a divulgação de ações relacionadas com os ODS.

A Tabela 4 apresenta os resultados para a característica de tamanho da organização, considerando-se o valor do ativo total para aplicação do teste *Mann-Whitney*.

Tabela 4

**Resultados do teste *Mann-Whitney* para a variável tamanho**

TAMANHO		N	Postos de média	Soma de Classificações	Significância
IE_PAL	1	115	106,28	12.222	0,04*
	2	114	123,80	14.113	
IE_LIN	1	115	106,63	12.262,50	0,05**
	2	114	123,44	14.072,50	
IE_PAG	1	115	105,77	12.163,50	0,03*
	2	114	124,31	14.171,50	

\*\*Significância a nível de 10% \*significância a nível de 5%.

Fonte: elaborada pelos autores

Os resultados da Tabela 4 indicam que as empresas de maior porte apresentam índices superiores de divulgação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Para Michelin (2007), o tamanho das empresas é uma variável, encontrada em muitas pesquisas, positivamente associada com as evidenciações das informações socioambientais, indicando que grandes empresas possuem alto grau de evidenciação. Corroborando Fernandes (2013), observou relação positiva do tamanho das companhias brasileiras listadas na B3 com o nível de *disclosure* ambiental, no período compreendido entre 2006 a 2010.

Silva et al. (2015), encontraram relação positiva entre o tamanho das empresas e a evidenciação de informações socioambientais. Os autores ressaltam que para as grandes empresas, os custos atrelados a divulgação destas informações tornam-se reduzidos pela alta capacidade de diluição dos custos nos processos correntes da organização (Verecchia, 2001).

Na Tabela 5, apresentam-se os resultados do teste *Mann-Whitney* para a variável ROA, que é utilizado para medir o desempenho da empresa.

Tabela 5

**Resultados do teste *Mann-Whitney* para a variável ROA**

ROA		N	Postos de média	Soma de Classificações	Significância
IE_PAL	1	116	112,77	13.081	0,60
	2	113	117,29	10.582	
IE_LIN	1	116	112,74	13.078	0,60
	2	113	117,32	13.257	
IE_PAG	1	116	111,79	12.967,50	0,45
	2	113	118,30	13.367,50	

Fonte: elaborada pelos autores

Observa-se na Tabela 5, que a variável rentabilidade dos ativos (ROA), não apresenta relação significativa com o nível de evidenciação de informações sobre os ODS, ou seja, a rentabilidade das companhias analisadas não é capaz de impulsionar o nível de divulgação das informações sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Tais resultados, contrariam os achados de Viana Junior e Crisóstomo (2019), que encontraram relação positiva entre a rentabilidade dos ativos e o nível de *disclosure* de informações socioambientais. Conforme apontam os autores, as empresas com maior rentabilidade, possuem certa folga financeira que possibilita maior atenção em relação a sua atuação frente as questões sociais e ambientais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do estudo, foi verificar a relação entre a estrutura de governança corporativa e a adesão aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das companhias abertas brasileiras. O estudo utilizou como *proxy* para mensuração da variável GC, a listagem em níveis diferenciados de governança corporativa das companhias objeto do estudo, para verificar a menção dos ODS nos relatórios das empresas, foram feitas análises léxicas, levando em consideração o número de páginas, linhas e palavras.

De acordo com os resultados obtidos no estudo, pode-se inferir que as empresas pertencentes à carteira teórica do ISE evidenciaram um volume maior de informações relacionadas com os ODS, haja vista, os vários critérios utilizados pela Brasil, Bolsa, Balcão (B3) para a inserção das companhias neste índice, que avalia a sustentabilidade empresarial das empresas que negociam valores mobiliários no mercado acionário brasileiro.

Nesse contexto, faz-se necessário maior divulgação das informações socioambientais, com o intuito de atender as expectativas dos diversos *stakeholders* e assegurar sua responsabilidade frente ao mercado sobre as ações realizadas para a perenidade não só econômica, mas social e ambiental conjuntamente.

Outro fato relevante, diz respeito a GC, em que não foi possível evidenciar estatisticamente relação entre as companhias que se apresentam listadas em níveis diferenciados de governança corporativa e o *disclosure* em relação aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Os achados divergem da literatura, que preconizam que melhores práticas de governança corporativa, influenciam de maneira positiva na evidenciação de informações socioambientais, pois, entende-se que estas empresas estejam mais preocupadas com a transparência informacional e qualidade das informações reportadas, comunicando ao mercado ações em torno de seu desempenho econômico, social e ambiental.

Em relação a variável Tamanho, percebe-se que as grandes empresas estão divulgando mais informações relacionadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Os resultados encontrados, corroboram a literatura existente, que as companhias de maior porte conseguem diluir melhor os custos relacionados a divulgação das informações frente ao mercado, ou seja, conseguem publicar mais informações com custos menores, haja vista, os ganhos existentes por meio da economia de escalas.

Ressalta-se que a rentabilidade das companhias avaliada pelo ROA, não apresentou resultado estatístico positivo em relação a divulgação de informações sobre os ODS. Nesse sentido, pode-se inferir que a rentabilidade não é capaz de propiciar maior *disclosure* em relação as ações socioambientais. Os achados divergem da literatura, que apresentam resultados positivos entre desempenho e maior evidenciação socioambiental.

Conforme estudos anteriores, existe uma sinalização de que algumas companhias conseguem manter suas operações crescentes, acumulando certa folga financeira, não comprometendo suas operações ao longo do seu ciclo financeiro, melhorando a comunicação assertiva e voluntária sobre suas ações socioambientais, porém, no presente estudo, não foi possível observar essa relação.

A pesquisa possibilitou conhecer as empresas que mais mencionam os ODS em seus relatórios, relacionando com as suas ações. Também permitiu conhecer as características organizacionais que contribuem para esse posicionamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Verificou-se que a discussão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no âmbito corporativo no Brasil vem crescendo gradativamente no meio empresarial. Acredita-se que tal fato decorre da conscientização das organizações em prol do desenvolvimento sustentável, bem como, da demanda da sociedade por ações envolvendo o bem-estar comum.

Como limitação de pesquisa, destaca-se a indisponibilidade de informações para o cálculo de todas as variáveis utilizadas na pesquisa, o tamanho da amostra utilizado, bem como, o recorte temporal aqui apresentado.

Para pesquisas futuras, sugere-se a utilização de outras variáveis de governança corporativa, que possam mensurar os níveis de monitoramento por parte da administração das companhias e avaliar se tais características são capazes de influenciar a evidenciação de informações relacionadas aos ODS, ampliando o recorte temporal para análise dos dados.

## REFERÊNCIAS

- Agarwal, N., Gneiting, U., & Mhlanga, R. (2017). *Raising the bar: Rethinking the role of business in the Sustainable Development Goals*. Oxfam.
- Benites, L. L. L., & Polo, E. F. (2013). A sustentabilidade como ferramenta estratégica empresarial: governança corporativa e aplicação do Triple Bottom Line na Masisa. *Revista de Administração da UFSM*, 6, p. 95-210.
- Bomfim, E. T. D., Teixeira, W. D. S., & Monte, P. A. D. (2015). Relação entre o *disclosure* da sustentabilidade com a governança corporativa: um estudo nas empresas listadas no Ibrx-100. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 10(1).
- Coelho, F. Q. (2010). Divulgação de informações voluntárias sobre o meio ambiente: uma análise dos fatores diferenciadores.
- Compass, S. D. G. (2017). The SDG Compass provides guidance for companies on how they can align their strategies as well as measure and manage their contribution to the realization of the SDGs.
- Fernandes, S. M. (2013). Fatores que influenciam o *disclosure* ambiental: um estudo nas empresas brasileiras no período de 2006 a 2010. *Revista Ambiente Contábil-Universidade Federal do Rio Grande do Norte*, 5(2), p. 250-267.
- Fleming, A., Wise, R. M., Hansen, H., & Sams, L. (2017). The sustainable development goals: A case study. *Marine Policy*, 86, p. 94-103.
- Freeman, R. E., & Evan, W. M. (1990). Corporate governance: A stakeholder interpretation. *Journal of behavioral economics*, 19(4), p.337-359.
- Nunes, J. G., Teixeira, A. J., Nossa, V., & Galdi, F. C. (2010). Análise das variáveis que influenciam a adesão das empresas ao índice BM&F Bovespa de sustentabilidade empresarial. *Revista Base*, 7(4), p. 328-340.
- Gongrige, E. O. (2010). *Fatores explicativos do disclosure voluntário das empresas brasileiras de capital aberto: um estudo sob a perspectiva da estrutura de governança corporativa e de propriedade*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.
- Jones, P., Wynn, M., Hillier, D., & Comfort, D. (2017). The sustainable development goals and information and communication technologies. *Indonesian Journal of Sustainability Accounting and Management*, 1(1), p. 1-15.
- Jo, H., & Harjoto, M. A. (2012). The causal effect of corporate governance on corporate social responsibility. *Journal of business ethics*, 106(1), p. 53-72.
- Kraemer, M. E. P. (2005). Responsabilidade social corporativa: uma contribuição das empresas para o desenvolvimento sustentável. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 4(1), p. 1-50.
- Lara, L. G. A., & de Oliveira, S. A. (2017). A ideologia do crescimento econômico eo discurso empresarial do desenvolvimento sustentável. *Cadernos EBAPE. BR*, 15(2), p. 326-348.

- Lecuona, A. M., Pérez, M. G., Martínez, P. S. V., Romero, G. R., & Maldonado, M. B. (2017). The Contribution of Cement Companies to the Achievement of Sustainable Development Goals and its Effect in Building Trust in their Communities. *European Scientific Journal*, 13, p. 358-376.
- Lee, S. (2012). Corporate governance, financial slack and firm performance: a comparative study between US and UK.
- Martins, S. M., Silva, T. R., BARROS, A. S. D., & Tinoco, J. E. P. (2005). Governança corporativa: teoria e prática. *Revista Eletrônica de Gestão de Negócios*, 1(3), p. 76-90.
- Melo, P. T. N. B., de Salles, H. K., & van Bellen, H. M. (2012). Quadro institucional para o desenvolvimento sustentável: o papel dos países em desenvolvimento com base na análise crítica do discurso da Rio+ 20. *Cadernos EBAPE. BR*, 10(3), p. 701-720.
- Michelon, G. (2011). Sustainability disclosure and reputation: a comparative study. *Corporate Reputation Review*, 14(2), p. 79-96.
- Murcia, F. D. R., & dos Santos, A. (2009). Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário das companhias abertas no Brasil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 3(2), p. 72-95.
- Oliveira, M., Ferreira, M. R., & Lima, V. (2015). Responsabilidade social corporativa: conceito, instrumentos de gestão e normas. *Revista Brasileira de Administração Científica*, 6(2), p. 161-172.
- Organização das Nações Unidas – ONU. Agenda 2030. (2015). Recuperado de: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>> Acesso em: 08 maio 2019.
- Orsioli, T. A. E., & Nobre, F. S. (2016). Empreendedorismo sustentável e stakeholders fornecedores: criação de valores para o desenvolvimento sustentável. *Revista de Administração Contemporânea*, 20(4), p. 502-523.
- Padilha, D. F., da Silva, A., da Silva, T. P., & Gonçalves, M. (2017). Influência da Folga Financeira no Desempenho de Mercado de Empresas Brasileiras e Italianas. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, 20(2), p. 276-292.
- Pletsch, C. S., Brighenti, J., da Silva, A., & da Rosa, F. S. (2014). Perfil da evidência ambiental das empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial. *Contabilidade Vista & Revista*, 25(3), p. 57-77.
- Ramos, G. M., & Martinez, A. L. (2006). Governança corporativa. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 3(6), p. 143-164.
- Sales, B., Rover, S., & da Silva Ferreira, J. (2018). Coerência na evidência ambiental das empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial (ISE). *Revista Ambiente Contábil*, 10(2), p. 1-22.
- Schio, N. S; Mazzioni, S; Moura, G. D. & Dal Magro, C. B. (2019). Objetivos de desenvolvimento sustentável e as empresas participantes do mercado acionário brasileiro. *Anais do XIX USP International Conference in Accounting*, São Paulo, p. 1-20.
- Silva, M. N. D., Lima, J. A. S. D. O., Freitas, M. A. L. D., & Lagioia, U. C. T. (2015). Determinantes do disclosure ambiental nos relatórios de empresas listadas na Bovespa. *Revista Ambiente Contábil*, 7(2), p. 1-15.
- Suttipun, M., & Stanton, P. (2012). The differences in corporate environmental disclosures on websites and in annual reports: a case study of companies listed in Thailand. *International Journal of Business and Management*, 7(14), p. 18.
- Todeschini, C., & de Mello, G. R. (2013). Rentabilidade e sustentabilidade empresarial das empresas do setor de energia. *Revista Contabilidade e Controladoria*, 5(3).
- Verrecchia, R. E. (2001). Essays on disclosure. *Journal of accounting and economics*, 32(1-3), p. 97-180.

- Viana Júnior, D. B. C., & Crisóstomo, V. L. (2019). Implicações da Concentração de Controle Acionário sobre o 'Disclosure' Socioambiental: Evidências Empíricas no Brasil. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 21(5), p. 906-927.
- Xue, S., & Hong, Y. (2016). Earnings management, corporate governance and expense stickiness. *China Journal of Accounting Research*, 9(1), p. 41-58.